

NOTA

Assunto: **Nota relativa à sessão plenária**
24-25 de Junho de 2002, Bruxelas¹

I Relatório do Presidente sobre a reunião de Sevilha com o Conselho Europeu

1. O Presidente delineou os principais elementos do relatório por ele apresentado no Conselho Europeu de Sevilha, que abrangeram o lançamento da Convenção, os progressos registados até à data e as conclusões preliminares que podem ser tiradas dos trabalhos até agora realizados. Quanto a este último ponto, o Presidente comunicou ao Conselho Europeu que existe um amplo consenso no sentido de considerar que não devem ser transferidas novas competências para a Comunidade (com excepção dos aspectos transfronteiriços da Justiça e Assuntos Internos), que deve haver um controlo mais rigoroso do respeito da subsidiariedade, que tanto os instrumentos como o discurso da União/Comunidade carecem de simplificação, que há que considerar o aprofundamento da acção em três domínios específicos (Relações Externas, Justiça e Assuntos Internos e, eventualmente, Questões Económicas e Financeiras), e que deve ser clarificada a legitimidade democrática. Foi seguidamente distribuído aos membros da Convenção um exemplar escrito do relatório do Presidente. O Presidente afirmou que o seu relatório tivera um acolhimento favorável por parte dos Chefes de Estado/Governo, que manifestaram um largo apoio ao objectivo da simplificação e salientaram a necessidade de a Convenção respeitar o calendário definido.

¹ O relato integral da sessão plenária está disponível no sítio <http://european-convention.eu.int>

2. Respondendo a duas intervenções de membros da Convenção, o Presidente concordou que a legitimidade democrática na União provém de duas fontes: o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais. Confirmou ainda que o relatório que apresentara em Sevilha representa a avaliação que faz como Presidente, não reflectindo necessariamente um ponto de vista partilhado por todos os membros da Convenção.

II **Abertura da sessão dedicada à sociedade civil**

3. A sessão dedicada à sociedade civil foi aberta sob Presidência do Vice-Presidente Dehaene, que sublinhou a importância atribuída pela Convenção aos pontos de vista da sociedade civil. Afirmou que a sessão plenária não é o princípio nem o fim de um processo de consulta que continuará ao longo de toda a Convenção. Jean-Luc Dehaene realçou as quatro vertentes deste processo. Em primeiro lugar, o Fórum permite que as organizações não governamentais apresentem à Convenção contributos por escrito, tendo sido distribuída aos membros da Convenção uma síntese dos contributos recebidos até à data (CONV 112/02). Em segundo lugar, os debates organizados a nível nacional são uma componente fundamental do processo; foram recebidos e distribuídos relatórios escritos sobre esses debates, que devem absolutamente prosseguir. Em terceiro lugar, foram criados oito grupos de contacto destinados a possibilitar uma troca de pontos de vista com sectores específicos da sociedade civil. Esses grupos possibilitaram igualmente a designação de representantes que falarão em nome de cada sector na sessão plenária. Os grupos de contacto são complementares em relação às reuniões de informação organizadas pelo Comité Económico e Social para a sociedade civil. Por último, a própria sessão constitui uma oportunidade para que a Convenção no seu todo ouça as opiniões da sociedade civil.

Grupo de Contacto do Sector Social

4. O Presidente do Grupo (Klaus Hänsch) afirmou que a reunião do Grupo de Contacto com organizações do Sector Social sublinhara uma série de pontos problemáticos. Houvera, designadamente, repetidos apelos à incorporação da Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado; fora expressa a expectativa de que a Convenção elabore um projecto de Tratado constitucional; havia sido dado um grande destaque à necessidade de as questões sociais e de emprego no seu todo constituírem objectivos mais centrais da UE, de ser incluído no Tratado o método aberto de coordenação e de nele ser formalizado o diálogo com a sociedade civil. Segundo Klaus Hänsch, houvera igualmente apelos a um apoio mais determinado aos serviços de interesse geral.

5. Tomaram a palavra em nome deste sector os cinco representantes seguintes:

Giampiero ALHADEFF, em nome da Plataforma Social;
Marie-Françoise WILKINSON, também em nome da Plataforma Social;
Diana SUTTON, representando igualmente a Plataforma Social;
Mary Mc PHAIL, em representação do Lobby Europeu das Mulheres;
Anne DAVID, representando a Conferência Europeia Permanente das Cooperativas,
Mutualidades, Associações e Fundações.

Foram suscitadas as seguintes questões:

6. Foi considerado importante que a Convenção seja um processo completamente aberto. Foi solicitada uma base jurídica no Tratado para o diálogo com a sociedade civil, embora tenha ficado claro que este facto em nada prejudica o processo democrático normal, contribuindo antes para o enriquecer, uma vez que a sociedade civil possui o potencial para contribuir em grande medida para o desenvolvimento da União.
7. Foi manifestado o receio de que o modelo social europeu esteja a ser desmantelado. Os cidadãos da Europa procuram a segurança no sentido mais lato. Todas as políticas internas da Europa devem estar ao serviço do desenvolvimento social. Foi proposto que o método aberto de coordenação seja incorporado no Tratado, mas foi sublinhado que o carácter aberto do processo também implica uma ampla consulta das ONG, parceiros sociais e autoridades regionais e locais. Foi feito um pedido no sentido de ser incluído no Tratado um compromisso específico de luta contra a pobreza.
8. Houve apelos no sentido de se alargar o âmbito da Carta dos Direitos Fundamentais, bem como a favor da sua integração no Tratado. Foi proposta a adesão da Comunidade à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e sublinhada a importância de se garantir a não discriminação para todos os cidadãos da Europa.
9. Os esforços até agora envidados para concretizar a igualdade entre os sexos foram descritos como erráticos. A igualdade entre os sexos deve tornar-se um objectivo explícito da União, devendo ser incluído no Tratado um novo título que contenha disposições em matéria de igualdade entre os sexos. A participação e a representação nas instituições devem basear-se na paridade entre os sexos.

10. Foi sublinhado o importante papel das empresas públicas e das empresas sem fins lucrativos no âmbito da União. O Tratado deveria reconhecer mais explicitamente o papel dos serviços de interesse geral e prever uma derrogação para esses serviços em relação às regras da concorrência.
11. Foram seguidamente convidados a usar da palavra os observadores que representavam os parceiros sociais.

Georges JACOBS, da UNICE, congratulou-se com a iniciativa de convocação de uma sessão dedicada à sociedade civil, tendo exortado a Convenção a repensar e a clarificar o processo de consulta com os grandes interessados. A UNICE manifestou-se a favor de um Tratado constitucional, apoiou os avanços no sentido de maior transparência e defendeu a manutenção do método comunitário e de uma personalidade jurídica única, bem como um recurso mais sistemático à votação por maioria qualificada. A UNICE não pretende que haja uma lista de competências.

12. Emilio GABAGLIO, representante da CES, exortou a Convenção a estabelecer um equilíbrio entre as políticas económica e social. O processo de Lisboa é importante, e deve ser encorajada uma maior coordenação das políticas. Deve ser reforçada a cidadania europeia e formalizada a consulta dos parceiros sociais. Além disso, a União tem de reforçar o seu papel a nível mundial, a fim de apoiar uma globalização mais justa.
13. João CRAVINHO, representante do CEEP, apoiou os apelos a um reconhecimento formal dos serviços de interesse geral no Tratado, dada a importância desses serviços na economia europeia. Os custos especificamente públicos devem ser considerados compatíveis com as regras da concorrência. Deve ser ampliado o diálogo social e apoiado o método aberto de coordenação.
14. Em resposta a estas intervenções, vários membros da Convenção manifestaram o seu apoio ao apelo geral a um maior destaque ao diálogo social, à manutenção do modelo social europeu e à incorporação da Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado. No entanto, foi levantada uma questão quanto às implicações práticas da incorporação da Carta, tendo um dos membros expressado algumas dúvidas quanto à representatividade das organizações que haviam usado da palavra; afirmou que, neste contexto, a respectiva fonte de financiamento é relevante e deve ser declarada.

Grupo de Contacto do Ambiente

15. Giorgos KATIFORIS, Presidente do Grupo, fez referência à importância das questões ambientais que tinham sido destacadas pelo Grupo de Contacto. Isso reflecte a existência de um reconhecimento cada vez maior de que os recursos naturais não abundam em quantidades ilimitadas. Usaram da palavra em nome deste sector os três representantes seguintes:

Ralph HALLO, em nome do Gabinete Europeu do Ambiente;

Sharon SPOONER, representando a Convenção Agrícola Europeia;

Sophie DE JONCKHEERE, representando a Organização Europeia de Proprietários Rurais.

16. Foi sublinhado que a protecção do ambiente deve ser uma prioridade absoluta para a União. O Tratado actual constitui uma base segura para a política ambiental e não deve ser alterado. Todavia, deveriam ser abordadas as seguintes questões: inclusão no Tratado de um artigo sobre o diálogo com a sociedade civil, abertura dos trabalhos do Conselho, inclusão dos direitos ambientais na Carta, alargamento do papel da VMQ (votação por maioria qualificada) e da co-decisão, substituição do Tratado Euratom e introdução, no Tratado, de uma disposição sobre o bem-estar dos animais.
17. A Política Agrícola e Rural Comum (PARC) deve ser reformada. A tomada de decisões deve passar a ser mais transparente e responsável. A PAC (Política Agrícola Comum) é demasiado complexa. Importa definir uma nova PARC, com base na co-decisão e com a participação dos interessados. A base da PARC deve ser alargada, a fim de incluir domínios como o acesso a uma alimentação saudável e a água limpa, e deve fundar-se nos princípios do desenvolvimento sustentável. Deve ser dado aos países em desenvolvimento um maior acesso aos mercados agrícolas.
18. Além disso, foram preconizadas políticas destinadas a colmatar a lacuna existente entre os interesses rurais e urbanos. O direito à propriedade de bens imobiliários e fundiários deve ser incluído na Carta, que, por sua vez, deve ser incluída no Tratado. Deve haver um alargamento da co-decisão e um reforço da subsidiariedade, e impõe-se a criação de um organismo de controlo desta última.
19. Em resposta, um membro da Convenção manifestou o seu apoio ao apelo a uma política agrícola e rural mais plenamente integrada. Foi também referido que a política ambiental é quase invariavelmente uma questão transnacional.

Seguidamente, os observadores que representavam o Comité Económico e Social foram convidados a usar da palavra.

20. Göke FRERICHs referiu a necessidade de redefinir claramente a composição do CES, enquanto órgão representativo, e de clarificar os critérios pertinentes. O CES e o Comité das Regiões têm papéis complementares e deveriam trabalhar juntos de modo eficaz.
21. Roger BRIESCH sublinhou a papel essencial do CES, referindo que este não faz parte da sociedade civil mas tem plena legitimidade pelo facto de os membros serem mandatados pelas suas organizações nos Estados-Membros. O CES deseja um Tratado constitucional que inclua objectivos como o pleno emprego, a igualdade, o reconhecimento do papel específico dos serviços de interesse geral e o alargamento da VMQ.
22. Anne-Marie SIGMUND salientou a importância da coesão social, que deve ser incluída no Tratado, e da cultura enquanto base da actividade social. Deve ser dado mais relevo ao desenvolvimento do diálogo social, embora a plena participação neste diálogo se deva limitar às organizações plenamente representativas. O diálogo social deverá incluir o tema da subsidiariedade.

Sector "Mundo Académico e Círculos de Reflexão" e Sector "Cidadãos e Instituições"

23. Os debates sobre estes sectores foram animados, respectivamente, por Giuliano AMATO e Jean-Luc DEHAENE. O primeiro sector designara os seguintes representantes:

- Jean-Victor LOUIS (AGORA e Instituto Universitário Europeu de Florença);
- Florence DELOCHE-GAUDEZ (Ciências Políticas, Paris).

Círculos de Reflexão:

- Kirsty HUGHES (Centro de Estudos de Política Europeia/Rede de Institutos de Política Europeia CEPS/EPIN);
- Stanley CROSSICK (Centro de Política Europeia – CPE).

Movimentos europeus/de jovens:

- Pascale JOANNIN (Fundação Robert Schuman).

Investigação científica:

- Antonio RODOTA (Organizações Intergovernamentais Europeias de Investigação EIROFORUM, e Comité Consultivo Europeu sobre Investigação – EURAB).

Movimentos académicos de mulheres:

- Teresa FREIXES (Rede de Cidadãos da Europa).

Países candidatos:

- Karoly LORANT (Instituto de Análise Económica e de Informática, Hungria – ECOSTAT).

24. O segundo sector designara:

- Fernand HERMAN (Voz Federalista);
- Alison WESTON (Jovens Europeus Federalistas);
- Charlotte ROFFIAEN (Rede de Cidadania Activa – Fórum da Sociedade Civil);
- Maria MIGUEL SIERRA (Rede Europeia contra o Racismo);
- Pawel KRZECZUNOWICZ (Gabinete das ONG polacas em Bruxelas).

25. As alocações proferidas em nome destes dois sectores foram em grande medida convergentes, na medida em que ambas incidiram na reflexão sobre questões afins aos trabalhos da Convenção e relativas às instituições, ao futuro da Europa e à democracia participativa.

26. Foi sublinhada a importância dos métodos de trabalho da Convenção e, em particular, da estruturação em grupos de trabalho, e foi frisada a questão dos condicionalismos que pesam sobre a Convenção em termos de tempo. Foram colocadas questões sobre os métodos e os prazos e apresentadas propostas nestes domínios.

27. As intervenções apoiaram maioritariamente a Convenção na procura de soluções audaciosas e foram convergentes no que respeita à necessidade de preparar um Tratado ou uma Carta constitucionais, que sejam redigidos em termos simples e claros. Foi diversas vezes evocada a ideia de organizar um ou vários referendos destinados a aprovar o texto fundador emanado da Convenção.

28. As universidades e os círculos de reflexão ofereceram os seus serviços à Convenção e lembraram que estão à sua disposição para eventuais investigações e trabalhos específicos que lhe venham a ser solicitados. Surgiram declarações de diferentes origens no sentido de apoiar o importante papel desempenhado por este sector na formação da juventude, força de mobilização e de iniciativa para a Europa.

29. Foram propostas diferentes variantes para a arquitectura das Instituições, entre as quais, nomeadamente, a generalização do voto por maioria e do procedimento de co-decisão, a eleição do Presidente da Comissão pelo Parlamento Europeu, a publicidade dos debates do Conselho – reformado – sempre que este actue na qualidade de legislador, o reforço do papel executivo da Comissão e o controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade.
30. Considerando que no período que se segue será mais necessário agir do que legislar, a globalidade das intervenções incidiu sobre o reforço do carácter político da União, a sua capacidade de acção no domínio da política externa e de defesa e a sua capacidade de decisão nas questões políticas que correspondem às expectativas dos cidadãos europeus.
31. Foram objecto de numerosas intervenções a defesa e a promoção de uma democracia mais participativa, bem como a inserção no Tratado do princípio de um diálogo regular com a sociedade civil, que deverá traduzir-se concretamente na consulta das organizações representativas relevantes numa fase precoce da elaboração da legislação da União.
32. Diferentes redes de mulheres e de jovens tomaram também posição sobre a arquitectura das Instituições, indo no sentido das intervenções anteriores.
33. Durante o debate que se seguiu, os intervenientes apoiaram inteiramente o trabalho realizado pelas organizações destes sectores e destacaram o seu papel; alguns consideraram, porém, que as organizações intervenientes não são suficientemente representativas das opiniões existentes na Europa, recebendo algumas delas apoio financeiro por parte das Instituições.
34. O Provedor de Justiça Europeu, Jacob Söderman, interveio neste contexto e declarou que desde a sua entrada em funções (há quase 7 anos) lhe tinham sido dirigidos 10.000 requerimentos de cidadãos relativos a casos de má administração das Instituições comunitárias. Salientou terem sido realizados progressos consideráveis no sentido de fazer com que a cidadania europeia seja hoje uma realidade. Em particular, foi regulamentado o acesso do público aos documentos e a Carta foi aprovada. Foi também aprovado pelo Parlamento Europeu, em Setembro de 2001, um Código de Boa Conduta Administrativa. Todavia, os cidadãos ainda não sabem bem o que devem fazer para que os seus direitos sejam respeitados. Isto deve-se ao facto de o Tratado pouco dizer a este respeito. Jacob Söderman sugere que o Tratado inclua um capítulo sobre as vias de recurso judiciais e não judiciais de que os cidadãos dispõem sempre que os

seus direitos (incluindo os direitos fundamentais) não sejam respeitados. Este capítulo incluiria também disposições sobre os recursos disponíveis nos órgãos jurisdicionais nacionais, o papel constitucional do Tribunal de Justiça, o direito de petição ao Parlamento Europeu e o direito de se dirigir aos mediadores nacionais e ao Mediador (Provedor de Justiça) Europeu. Propõe que este último possa recorrer para o Tribunal de Justiça se considerar que foi violado um direito fundamental.

* * *

A sessão de 25 de Junho foi aberta pelo Presidente Valéry Giscard d'Estaing, que seguidamente cedeu a Presidência a Jean-Luc Dehaene.

Sector "Regiões e Autarquias Locais"

35. Este sector foi animado por Ana PALACIO.

Os primeiros intervenientes foram os observadores do Comité das Regiões, a saber: Eduardo ZAPLANA, Vice-Presidente do Comité das Regiões, Presidente da Região de Valência;

Jos CHABERT, antigo Presidente do Comité das Regiões;

Patrick DEWAEL, Ministro-Presidente do Governo Flamengo;

Manfred DAMMEYER, Membro do Parlamento do *Land* Renânia do Norte-Vestefália;

Claude du GRANRUT, Conselheira Regional da Picardia;

Claudio MARTINI, Presidente da Região da Toscana.

36. Haviam depois designados para intervir:

- Heinrich HOFFSCHULTE, Primeiro Vice-Presidente do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa;
- Anders GUSTAV, Membro da Mesa, Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa;
- Lambert VAN NISTELROOIJ, Vice-Presidente da Assembleia das Regiões da Europa;
- Eva-Riitta SIITONEN, Presidente das EUROCIDADES;
- Jens GABBE, Secretário-Geral da Assembleia das Regiões Fronteiriças Europeias;
- Manfred DÖRLER, Presidente do Parlamento de Voralberg, pela Conferência das Assembleias Legislativas Regionais (CALRE).

37. Tanto os observadores como os representantes das organizações insistiram no carácter específico das entidades locais e regionais, que constituem a representação eleita dos cidadãos, e apelam ao respeito dos seus âmbitos de competências e das suas missões que, em larga medida, consistem em pôr em prática a legislação da União. Além disso, foi salientado que a Europa é governada a quatro níveis: local, regional, nacional e europeu.
38. Os observadores assinalaram que o Comité das Regiões deveria passar a ser uma Instituição da União e dispor do direito de recurso perante o TJCE. Desejam que sejam alargados os domínios em que a consulta do Comité das Regiões é obrigatória e que seja dada maior importância aos seus pareceres, tornando obrigatória uma motivação, por parte das Instituições, em caso de desacordo com esses pareceres.
39. A globalidade dos intervenientes deste sector sublinhou a necessidade de reforçar as Instituições da União, solicitou um Tratado constitucional e manifestou o seu apego às políticas com forte impacto territorial, nomeadamente transfronteiras, que não devem ser "renacionalizadas".
40. Solicita-se igualmente que a legislação da União deixe de ter um carácter tão detalhado e que, numa fase precoce da sua elaboração, haja uma estreita associação entre as autarquias locais, que, na maioria dos casos, têm de pôr essa legislação em prática. Todos manifestaram o seu apego a um controlo rigoroso do princípio da subsidiariedade, que deve, antes de mais, ser entendido como um princípio de proximidade dos cidadãos. Para o efeito, propõe-se a inserção no Tratado do "princípio da conexidade", segundo o qual o legislador deveria assumir as consequências financeiras das suas decisões ou dar às autarquias locais, quando são elas que devem aplicar essas decisões, os recursos necessários para o fazerem.
41. Um certo número de representantes das regiões com competências legislativas solicitou o direito de recurso a título individual para o TJCE, o reforço da presença dos ministros regionais no Conselho (art. 203.º TCE) e a participação das suas Assembleias Regionais na COSAC. Por último, vários representantes solicitaram que se realize uma sessão da Convenção dedicada ao papel das autarquias regionais e locais.

Sector "Direitos Humanos"

42. Este sector, animado por António VITORINO, seleccionou os seguintes representantes:
- Dick OOSTING (Amnistia Internacional);
 - Laëtitia SEDOU (OMCT – Organização Mundial contra a Tortura – Europa);
 - Sophie SPILIOTOPOULOS (Associação das Mulheres da Europa Meridional e EWLA).
43. As intervenções demonstraram nomeadamente que, para garantir a protecção dos direitos do Homem, não basta haver bons textos (como a Carta ou a CEDH), mas é necessário um bom funcionamento das Instituições (maior transparência, nomeadamente no sector relevante dos Assuntos Internos, e responsabilidade (*accountability*)), um controlo eficaz por parte dos Parlamentos (nacionais e Europeu) e do Provedor de Justiça, o respeito pelo princípio da igualdade entre os sexos e uma maior participação da sociedade civil. Alguns sublinharam também que a União deveria colocar os direitos do Homem no centro e como parte integrante de todas as suas políticas. Foi feita a proposta de substituir a expressão "Direitos do Homem" por "Direitos da Pessoa".
44. Foi realçado o respeito dos direitos do Homem pela União no sector da Justiça e Assuntos Internos. Foi feita a crítica de que, neste sector, a actividade da União não é suficientemente transparente e de que o controlo pelo Tribunal de Justiça não é total.
45. A globalidade dos representantes deste sector propôs a incorporação da Carta dos Direitos Fundamentais no texto do novo Tratado (e em particular no preâmbulo). Alguns propuseram que voltem a ser analisadas as disposições da Carta, nomeadamente as que menos protegem o acervo comunitário, tendo outros considerado que, nas circunstâncias actuais, é mais adequado não reabrir o debate sobre o conjunto das disposições da Carta e limitar-se a proceder a adaptações de natureza técnica.
46. Além disso, foi sublinhado que a incorporação da Carta não pode ser vista como uma alternativa à adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Foram salientadas as vantagens dessa adesão. Neste contexto, foi referido o reconhecimento explícito da personalidade jurídica da União. Foi também indicado que, como consequência da incorporação da Carta no Tratado, os Estados-Membros deverão respeitar as suas disposições ao aplicarem o direito comunitário.

47. Jacob SÖDERMAN, Provedor de Justiça Europeu, comunicou que, desde que a Carta foi aprovada, tem procurado incentivar as Instituições a aplicá-la, especialmente no que diz respeito aos seguintes domínios: liberdade de expressão dos funcionários da União, direito a gozar de licença de paternidade, não discriminação em razão da idade aquando do recrutamento, não discriminação indirecta em relação às mulheres, destacamento de funcionários nacionais e direito a uma boa administração por parte das Instituições.

Sector "Desenvolvimento"

48. Este sector, animado por Henning CHRISTOPHERSEN, seleccionara os seguintes representantes:
- Simon STOCKER (Eurostep);
 - Claire GODIN (Equilíbrios e Populações);
 - Meral GEZGIN ERIS (Fundação para o Desenvolvimento Económico).
49. Foi proposto que se preveja no Tratado uma base jurídica que permita uma acção mais sustentada, e que seja estabelecido um nexos estreito entre a política interna da União e a sua política externa em matéria de desenvolvimento. Deveriam ser inscritos no Tratado os princípios do desenvolvimento sustentável e de uma protecção social adequada.
50. Além disso, a erradicação da pobreza deveria ser uma componente da política externa da União. Foi avançado que 20% da população mundial possui 86% da riqueza mundial, ao passo que 20% dos países mais pobres possui apenas 1,4% dessa riqueza.
51. Actualmente, a competência no domínio do desenvolvimento faz parte das competências complementares. Foi sublinhado que uma definição mais clara das competências dos Estados-Membros e da União viria reforçar a eficácia da política de desenvolvimento da União, e que é necessária maior transparência por parte das Instituições.
52. No âmbito dos programas de desenvolvimento, deveria ser garantido o princípio da igualdade entre os sexos (a este respeito, poderia ser redigido um guia prático sobre a forma de integrar o princípio da igualdade entre os sexos na política de desenvolvimento).
53. Foi considerado essencial o reforço dos programas de educação nos países do Terceiro Mundo. Foi referido, além disso, que deveria ser proibida às empresas sedeadas na UE

qualquer implicação em actividades que impliquem a exploração do trabalho das crianças nos países em vias de desenvolvimento.

Sector "Cultura"

54. Este sector, animado por Aloiz PETERLE, seleccionara os seguintes representantes:
- Cooperação Cultural, Arte e Património e Educação: Sr. von der GABLENTZ (Europa Nostra) e Sra. CHABAUD (Fórum Europeu para as Artes e o Património);
 - Igrejas, Religiões e Convicções: Sr. Jenkins (Conferências das Igrejas Europeias);
 - Línguas e Minorias: Sr. BREZIGAR (Gabinete Europeu para as Línguas Menos Usadas).
55. Houve uma proposta no sentido de o Tratado referir os valores fundamentais, que constituem o esteio comum das nossas sociedades. Deveria ser feita referência, designadamente, à dignidade humana, à promoção da paz e da reconciliação, à liberdade e à justiça, à solidariedade e ao desenvolvimento sustentável, à tolerância, à democracia, aos direitos humanos, ao primado do direito, ao respeito pelas minorias e à diversidade cultural. A União deveria, além disso, reforçar as suas competências e recursos em matéria de prevenção de conflitos no mundo e de resolução pacífica desses conflitos.
56. A defesa dos valores fundamentais, da dignidade humana e da diversidade cultural estão na base da integração europeia. Foi defendido que a Europa dos cidadãos só pode ser construída se desempenhar um papel em termos de cultura e de educação. Para que o alargamento seja coroado de êxito, os cidadãos dos países candidatos devem sentir que pertencem à União, o que se concretiza através da cultura.
57. Foi sugerida a alteração do artigo 151.º do TCE, por forma a nele prever a maioria qualificada (em vez da actual unanimidade), bem como a fusão dos artigos 149.º e 150.º do TCE.
58. Foi ainda expresso o desejo de que o princípio da diversidade cultural figure explicitamente no Tratado, e também o de que as políticas públicas nacionais em matéria cultural sejam consideradas como parte dos serviços de interesse geral. Para o efeito, o artigo 87.º do TCE (auxílios estatais) e o artigo 133.º do TCE (política comercial comum) deveriam ter em conta

a especificidade das actividades culturais e da educação. Manda o bom senso que estas últimas não possam ser vistas exclusivamente de uma perspectiva comercial ou de concorrência.

59. Foi também proposto que o Protocolo relativo ao serviço público de radiodifusão nos Estados-Membros, anexo ao Tratado de Amesterdão, seja incorporado no texto do Tratado, na medida em que o pluralismo da informação e dos meios de comunicação social aí devem figurar – tal como a diversidade cultural – entre os valores fundamentais comuns da União.
60. Jean-Luc Dehaene, Vice-Presidente, encerrou os debates especificando que estes constituíram um momento forte que se prolongará no tempo. Assinalou que prosseguirá o diálogo com a sociedade civil, que o sítio Web do Fórum irá continuar, e permanecerá, aberto aos contributos que a sociedade civil queira dar aos trabalhos da Convenção. Chamou igualmente a atenção para a importância dos debates a nível nacional. Por último, pronunciando-se em nome do Praesidium, anunciou que este lançará outras iniciativas tendentes a prosseguir o diálogo com a sociedade civil, que considera muito enriquecedor, principalmente para a Convenção.
61. A encerrar a sessão, o Presidente realçou a importância deste debate e felicitou todos os participantes. Em seguida, forneceu alguns elementos sobre a organização da Convenção dos Jovens, tendo salientado a importância desta última no contexto de uma Europa virada para o futuro, num mundo em constante transformação.
-

Lista de oradores, segundo a ordem das intervenções

Sessão plenária de 24-25 de Junho de 2002

LISTA DE ORADORES

Segunda-feira, 24 de Junho de 2002

Presidente Valéry GISCARD D'ESTAING

Johannes VOGGENHUBER, Elio DI RUPO

Presidente Jean-Luc DEHAENE

Klaus HÄNSCH, Parlamento Europeu

Giampiero ALHADEFF, Plataforma Social

Marie-Françoise WILKINSON, Plataforma Social

Diana SUTTON, Plataforma Social

Mary Mc PHAIL, Lobby Europeu das Mulheres

Anne DAVID, Conferência Europeia das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações

Georges JACOBS (UNICE)

Emilio GABAGLIO (CES)

João CRAVINHO (CEEP)

Peter HAIN – Reino Unido (Governo)

Anne Van LANCKER – Parlamento Europeu

Alain BARRAU – França (Parlamento)

M. Ernâni LOPES – Portugal (Governo)

Helle THORNING-SCHMIDT – Parlamento Europeu * suplente de Luís MARINHO

Hannes FARNLEITNER – Áustria (Governo)

Pervenche BERES – Parlamento Europeu

Cartões azuis: Barnier, Bruton, Heathcoat-Amory, Fayot, Spini)

Jan FIGEL – República Eslovaca (Governo)

Giorgos KATIFORIS – Grécia (Governo)

Ralph HALLO (Gabinete Europeu do Ambiente)

Sharon SPOONER (Convenção AgriCultural Europeia)

Sophie DE JONCKHEERE (Organização Europeia de Proprietários Rurais)

Michael FRENDON – Malta (Parlamento)

Cartões azuis: Basile, Voggenhuber

Göke FRERICH

Roger BRIESCH

Anne-Marie SIGMUND

Cartão azul : Maij-Waggen

Giuliano Amato, Vice-Presidente

Jean-Victor LOUIS de AGORA e o Instituto Universitário Europeu de Florença

Florence DELOCHE-GAUDEZ, Ciências Políticas, Paris

Kirsty HUGHES, "Centro de Estudos de Política Europeia" CEPS/EPIN

Stanley CROSSICK, Centro de Política Europeia – CPE

Pascale JOANNIN, Fundação Robert Schuman

Antonio RODOTA, Organizações Intergovernamentais Europeias de Investigação EIROFORUM

Teresa FREIXES, Rede de Cidadãs da Europa

Karoly LORANT, "Instituto de Análise Económica e de Informática, Hungria – ECOSTAT

Michel ATTALIDES – Chipre (Governo)
 Andrew DUFF – Parlamento Europeu
 Danuta HÜBNER – Polónia (Governo)
 Cristiana MUSCARDINI – Parlamento Europeu
 Peter SERRACINO INGLOTT – Malta (Governo)
Cartões azuis: Duhamel, Carnero-Gonzalez, Spini, Kirkhope, Presidente Giscard d'Estaing)
 Inese BIRZNIECE – Letónia (Parlamento)
 Jean-Luc DEHAENE – Vice-Presidente
 Fernand HERMAN (Voz Federalista)
 Alison WESTON (Jovens Europeus Federalistas)
 Charlotte ROFFIAEN (Rede de Cidadania Activa – Fórum da Sociedade Civil)
 Pawel KRZECZUNOWICZ (Gabinete das ONG polacas em Bruxelas)
 Jacob SÖDERMAN – Provedor de Justiça Europeu
 Sr. ORIOL (Rede Europeia contra o Racismo)
 William ABITBOL – Parlamento Europeu * suplente de Jens-Peter BONDE
 Proinsias DE ROSSA – Irlanda (Parlamento)
 Pierre MOSCOVICI – França (Governo)
Cartões azuis: Speroni, Kauppi, MacCormick, Bruton, Hjelm-Wallen
 Matjaz NAHTIGAL – Eslovénia (Governo)

Terça-feira, 25 de Junho de 2002

Ana PALACIO, Espanha (Governo)
 Eduardo ZAPLANA, Vice-Presidente do Comité das Regiões, Presidente da Região de Valência
 Jos CHABERT, antigo Presidente do Comité das Regiões
 Patrick DEWAELE, Ministro-Presidente do Governo Flamengo
 Manfred DAMMEYER, Membro do Parlamento do *Land* Renânia do Norte-Vestefália
 Claude du GRANRUT, Conselheira Regional da Picardia
 Claudio MARTINI, Presidente da Região da Toscana
 Lambert VAN NISTELROOIJ, Vice-Presidente da Assembleia das Regiões da Europa
 Heinrich HOFFSCHULTE, Vice-Presidente do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa
 Anders GUSTAV, Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa
 Jens GABBE, Secretário-Geral da Assembleia das Regiões Fronteiriças da Europa
 Eva-Riitta SIITONEN, EUROCIDADES (Presidente)
 Manfred DÖRLER, Conferência das Assembleias Legislativas Regionais (CALRE)
 Erwin TEUFEL – Alemanha (Parlamento)
Cartões azuis: Bonde, Siitonen, Dörler, Teufel
 Francesco SPERONI – Itália (Governo) * suplente de Gianfranco FINI
 Edmund WITTBRODT – Polónia (Parlamento)
Cartões azuis: Barnier, Duhamel, Einem, Berger, Rack, MacCormick, Amato
 António VITORINO, Comissão
 Dick OOSTING, Amnistia Internacional
 Laëtitia SÉDOU, OMCT – Organização Mundial contra a Tortura – Europa
 Sophie SPILIOTOPOULOS, Associação das Mulheres da Europa Meridional e EWLA
 Cristiana MUSCARDINI – Parlamento Europeu
 Matjaz NAHTIGAL – Eslovénia (Governo)
 Frans TIMMERMANS – Países Baixos (Parlamento)
 Hanja MAIJ-WEGGEN – Parlamento Europeu
 Jacob SÖDERMAN, Provedor de Justiça Europeu
Cartões azuis: A. Yilmaz, Bruton, Berès

Henning CHRISTOPHERSEN, Dinamarca (Governo)
Simon STOCKER, Eurostep (Director)
Claire GODIN, Equilíbrios e Populações, "Chargée de Mission Politique"
Meral GEZGIN ERIS, Presidente da Fundação para o Desenvolvimento Económico, IKV Turquia
Baronesa SCOTLAND OF ASTHAL – Reino Unido (Governo) * suplente de Peter HAIN
Cartões azuis: Kiljunen, Palacio, Akyol, De Rossa, Basile, Lennmarker
Aloiz PETERLE – Eslovénia (Parlamento)
Sr. von der GABLENTZ (Europa Nostra)
Frédérique CHABAUD (Fórum Europeu para as Artes e o Património)
Sr. JENKINS (Conferência das Igrejas Europeias)
Sr. BREZIGAR (Gabinete Europeu para as Línguas Menos Usadas)
Hans van MIERLO – Países Baixos (Governo)
Tunne KELAM – Estónia (Parlamento)
Cartões azuis: Tekin, Demetriou, Spini
Filadelfio BASILE – Itália (Parlamento)